

ANÁLISE DOS INDICADORES PIB NACIONAL E PIB DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

ANALYSIS OF NATIONAL GDP INDICATORS AND GDP INDUSTRY CONSTRUCTION

BRUNO ALMEIDA SOUZA¹
CAMILA ARAÚJO COELHO OLIVEIRA²
JÚLIO CARLOS OLIVEIRA DE SANTANA³
LUIS ANTÔNIO DA CUNHA VIANA NETO⁴
DÉBORA DE GOIS SANTOS⁵

Resumo

O Produto Interno Bruto (PIB) é composto pelos valores brutos adicionados dos três grandes setores da economia do país, Agropecuária, Indústria e Serviços. Este indicador passou a ser calculado, a partir do ano de 1990, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual o faz até hoje. Este índice é um dos indicadores mais utilizados com o intuito de quantificar a atividade econômica de um país. Este trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica com coleta de dados tendo como objetivo correlacionar ano a ano o PIB do Brasil com a construção civil, um dos setores da indústria brasileira. Essa correlação é importante para que seja possível compreender a influência do PIB da construção civil sobre o PIB nacional.

Palavras-Chave: Produto Interno Bruto; Construção Civil; Setores da Economia.

Abstract

The Gross Domestic Product (PIB) is composed of the gross value added of the three major sectors of the economy, agriculture, industry and services. This indicator was calculated by the "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" (IBGE). This index is one of the most used indicators in order to quantify the economic activity of a country. This work was developed through a literature review with data collection

aiming to correlate year to year Brazil's PIB with the construction, one of the sectors of Brazilian industry. This correlation is important to be able to understand the influence of PIB on the index related to construction as well as the influence of this on PIB.

Keywords: Gross Domestic Product; Civil Construction; Economy Sectors.

JEL: L7

- ¹ Engenheiro Civil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.
- ² Engenheira Civil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe.
- ³ Arquiteto e Urbanista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFS.
- ⁴ Engenheiro Civil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFS.
- ⁵ Engenheira Civil, Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Professora Associada I do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Sergipe e Docente permanente do Programa de Mestrado em Engenharia Civil da UFS. <deboragois@yahoo.com.br>



INTRODUÇÃO

Uma forma de mostrar o quanto o país acumulou de riqueza durante determinado período de tempo é calcular o Produto Interno Bruto (PIB). Este é determinado a partir do acumulo dos valores de três grandes setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Esses três grandes setores subdividem-se totalizando um total de 20 atividades econômicas. São elas: Agricultura; Pecuária; Silvicultura e exploração florestal; Pesca; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Serviços prestados às empresas; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Educação mercantil; Saúde mercantil; Serviços prestados às famílias e associativos; e Serviços domésticos (IBGE, 2013).

Uma dessas atividades é a indústria da construção civil a qual tem importante contribuição sobre o valor do PIB do país. A indústria da construção civil (ICC) é caracterizada por: consumir grande parte dos recursos naturais disponíveis; empregar elevadas quantidades de mão de obra; dar vida a uma cadeia produtiva complexa ao seu entorno; disponibilizar a infraestrutura necessária para o crescimento de uma comunidade. Então, a ICC obtém configuração de importância fundamental dentro da economia de um país e representa parcela significativa de seu PIB.

No Brasil, o histórico mostra que, quando a economia apresenta bons números, representado pelo PIB, os investidores se sentem se-

guros para retomarem os investimentos à construção e as demais indústrias, desse modo, a sobrevida da construção se caracteriza como ciclos que, de forma resumida, compõem um ditado “quando a economia vai bem, a construção acompanha”. Assim, surge uma relação íntima entre PIB, economia e ICC, e, a fim de se chegar a um entendimento mais profundo do comportamento da economia e da indústria da construção civil, torna-se necessária uma análise dos valores de PIB, de suas taxas de variação (crescimento e recessão) e dos acontecimentos históricos que motivaram as mudanças de seus comportamentos. Após ser feita análise apurada da evolução do PIB, confirma-se que quando a economia brasileira apresentou períodos de crescimento, a Indústria da Construção Civil (ICC) também obteve considerável expansão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Importância do PIB para a economia nacional

Segundo Passos e outros (2012), “[...] o PIB é o indicador das riquezas produzidas pelo país num determinado período, que poderá ser de um mês, um trimestre, um semestre ou um ano”. O PIB pode apresentar valores positivos ou negativos, quando a variação é positiva diz-se que houve um crescimento, porém quando é negativa, há uma recessão.

A Indústria da Construção Civil pertence ao setor industrial e possui grande impacto sobre o PIB. Apesar de tal relevância, o bom desempenho da ICC não é fator necessário para o bom desempenho da economia de um país, o mesmo pode ser dito para a situação contrária, o baixo desempenho da ICC não implica necessariamente numa catástrofe econômica. Como exemplo, observa-se que no período entre 1950 e 1980 o Brasil apresentou um rápido

crescimento e a construção civil teve uma expansão em sua participação no PIB de 8,7%. Já no período entre 1980 e 2004, em que o Brasil teve um baixo crescimento, a construção civil teve um aumento de apenas 0,5% (PASSOS et al., 2012).

Importância da indústria da construção civil para o PIB

A Indústria da Construção Civil possui vasto impacto na economia do país, visto que é um setor amplo e suas atividades relacionam-se de forma direta com a economia, pois é uma grande geradora de emprego, renda e tributos. É através dela que toda a infraestrutura – portos, ferrovias, rodovias, energia e outros – necessária para o desenvolvimento dos mais diversos setores é realizada. Sendo assim, o desenvolvimento da ICC facilita e proporciona o crescimento de outras atividades econômicas (TEIXEIRA; CARVALHO, 2005).

Pode-se dizer que além de influenciar no crescimento dos demais setores, a ICC demanda vários produtos de outros segmentos industriais. Dessa forma, chega-se a conclusão de que a Construção Civil possui uma cadeia bastante complexa, visto que engloba, como exemplo, o aço que é um produto gerado pela indústria siderúrgica e a areia, produto gerado pela extração de minerais. A junção da ICC com as áreas que fornecem seus insumos, dá-se o nome de macrossetor da Construção Civil. Por causa de sua grande importância, alguns autores consideram a construção civil como sendo um setor essencial para o desenvolvimento da economia nacional (KURESKI et al., 2008).

OBJETIVO E METODOLOGIA

Esse estudo tem como principal objetivo correlacionar o PIB do

setor da Indústria da Construção Civil com o PIB do Brasil ao longo dos anos. Dessa forma, foi feita uma pesquisa bibliográfica referente à economia brasileira a partir do século XIX, com o objetivo de identificar os acontecimentos que mais interferiram na economia do país no decorrer dos anos. Realizou-se também a correlação das taxas do PIB brasileiro com a do setor da construção civil – obtidas no site do IBGE, a partir do ano de 1996 – através de tabelas e gráficos.

RESULTADOS OBTIDOS

Séculos XIX E XX

Em meados do Século XIX a construção era caracterizada pela autoprodução, edificações residenciais próprias urbanas e rurais, por conta disso não se tinha um mercado produtor de materiais para a construção, normalmente materiais de construção disponíveis nas localidades eram utilizados com a função construtiva. As primeiras empresas de construção surgiram entre 1850 e 1930, estas empresas trouxeram mudanças importantes para o setor, como, por exemplo: a troca da mão de obra, que deixou de ser escrava e passou a ser assalariada; o crescimento das taxas de urbanização; a imigração europeia; o desenvolvimento dos transportes (ferrovias e portos). Aparição das construtoras e suas consequências proporcionaram a difusão do conhecimento técnico através da criação de faculdades de engenharia, antes privilégio do Estado e da igreja, incremento da demanda por edificações residenciais e o surgimento de um mercado de materiais, devido ao aumento na sua demanda e o início da produção industrial (FARAH, 1988).

Na década de 1930, surge uma nova etapa da construção civil, proveniente das transformações de aspectos fundamentais, como: a reorientação da economia para o

setor industrial; o processo de urbanização intensificado; a implantação de infraestrutura para viabilização da indústria; e o crescimento da intervenção do estado na economia. Estas Transformações geraram o aumento progressivo da demanda, cada vez mais diversificada, no setor da construção. Então, nos anos 1950, destacou-se a criação da Petrobras e do incentivo dado às áreas de energia elétrica e siderurgia. Também no subsetor edificações, houve um grande impulso no campo da habitação através dos Institutos de Previdência e da Fundação da Casa Popular, além de iniciativas de modernização tecnológica que ocorreram de forma pontual em Brasília. Nas empresas de construção, observou-se uma substituição da mão de obra estrangeira por mão de obra vinda da zona rural. Tais medidas foram adotadas como forma de solucionar o crescimento exponencial do problema habitacional que ocorria na década (FARAH, 1988).

Em 1964, ocorre uma mudança no regime político e com isso a reiteração do plano econômico estabelecido no período anterior com padrão de acumulação. Ocorreu ainda forte expansão nos subsetores da construção pesada e montagem industrial em áreas como energia, transporte, siderurgia e mineração. A habitação pelo setor formal praticamente paralisou enquanto que o problema habitacional aumentava as modalidades de habitação precárias atingiam níveis preocupantes. Como forma de resolver os problemas de crescimento exponencial da demanda por habitações, o novo regime criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e as COHAB com o objetivo da criação em massa de habitações através de conjuntos habitacionais (FARAH, 2008).

Assim, com a criação do BNH, A construção de conjuntos habitacionais foi uma das estratégias utilizadas para solucionar os proble-

mas de déficit habitacional. Com o aumento das construções, muitas empresas, principalmente pequenas e médias, começaram a surgir, no entanto, poucas conseguiram atingir a condição de grandes empresas, pois não possuíam experiência, capital e investimento em tecnologia (MARTIGNAGO; CUNHA, 1998). Em termos do PIB, entre 1968 e 1970, este cresceu em taxas médias acima de 10% ao ano e teve como sua principal impulsionadora a indústria. Apesar da alta concentração de renda, este período ficou conhecido como o milagre econômico (GONDIM et al., 2004).

Os anos 1970 foram marcados por ciclos de crescimento e queda que estavam intimamente ligados com a política financeira adotada no momento. O primeiro ciclo, 1970 a 1974, foi caracterizado pelo crescimento ascendente. No final de 1974 e em 1975, o setor habitacional entrou em crise por causa de alguns fatores como o aumento dos preços dos terrenos e a limitação de financiamento. Em 1976, o mercado começou a apresentar crescimento novamente, porém, entre 1977 e 1979, uma nova crise atingiu o mercado, levando muitas empresas a decretarem falência. O Governo, com a intenção de mudar este cenário, estimulou o setor dando maior flexibilidade do uso do FGTS, reduzindo os juros, ampliando os prazos, e, com isso, viu-se em 1980 um aumento nos financiamentos e na demanda pelo produto final (MARTIGNAGO; CUNHA, 1998). No período de 1973 a 1980, o PIB e a ICC mantiveram crescimento positivo, porém, devido essa alternância na construção, os dois não mantiveram o mesmo ritmo. Em 1973, o PIB e a ICC apresentaram, respectivamente, taxas de crescimento de 13,94% e 20,90%, enquanto que, no ano de 1975, estas taxas eram de 5,12% e 8,10%. Assim, continuou o ciclo aumento e diminuição, nos anos de 1976, 1979 e 1980

as taxas de crescimento de PIB e ICC foram de 10,17% e 10,17%, 6,77% e 3,71%, 9,11% e 9,02%, respectivamente (GONDIM et al., 2004).

Entre 1981 e 1983, a economia habitacional sofreu forte recessão. A crise mais forte foi sentida em 1983, quando o PIB da construção teve a maior queda e houve o fechamento das linhas de financiamento à construção de edificações. Nesse período, acumulou-se um grande número de estoques de unidades habitacionais nas capitais brasileiras, devido à perda do poder aquisitivo da classe média e ameaça de desemprego. Esse cenário só vem a melhorar em 1985, com a liberação de recursos para os programas habitacionais, pelo BNH, o que garantiu a expansão das atividades das construtoras e com o aumento de renda e emprego da população, as unidades habitacionais que estavam estocadas começaram a ser vendidas (MARTIGNAGO; CUNHA, 1998). A recessão da economia nacional influenciou diretamente no PIB e ICC dos anos entre 1981 e 1983, que apresentaram redução total do PIB de 5,1%, enquanto que, o preço dos terrenos se elevou muito, o que resultou numa queda drástica da ICC, -4,39% e -5,97%, 0,57% e -1,31%, -3,41% e -14,24% foram as taxas de PIB e ICC nos anos de 1981, 1982 e 1983, respectivamente. Porém, de 1984 a 1986 PIB e ICC recuperaram-se com os incentivos do BNH (5,28% e -0,63%, 7,95% e 10,89%, 7,58% e 17,52% são as taxas de crescimento nos anos de 1984, 1985 e 1986) (GONDIM et al., 2004).

Com o pós-cruzado, a partir de 1987, houve aumento da inflação e controle do déficit público, contribuindo negativamente para o crescimento do setor. Mesmo com as tentativas do governo em reabilitar a economia no setor através de decretos, resoluções e circulares, não foi possível atender às necessidades das construtoras, desta forma, as empresas começaram a buscar no-

vas alternativas de obtenção de capital, como o consórcio de imóveis. Com escassez de recursos, aumento da inflação, elevação dos custos de construção acima da inflação, o mercado imobiliário tem seus recursos redirecionados para o mercado financeiro, por apresentarem ativos mais rentáveis no curto prazo (MARTIGNAGO; CUNHA, 1998). Nos anos entre 1987 e 1993, foi um período de crescimento econômico pouco significativo, o PIB cresceu com taxas de 0,6%, quase estagnado. Assim, a ICC ficou resfriada durante todo esse período, em que dependeu praticamente do mercado privado, voltando apenas a apresentar taxas de crescimento positivas (4,5%) em 1993 (GONDIM et al., 2004).

A década de 1990 foi caracterizada como um período de adaptação. Entre 1990 e 1993, a Caixa Econômica Federal e o Sistema Habitacional cancelaram os financiamentos e recursos para o setor, agravando a situação das construtoras, que tiveram seu ritmo de obras reduzido e quase três milhões de trabalhadores demitidos. Nessa época, ainda, foi lançado o Plano Collor que bloqueou os depósitos das poupanças, diminuindo ainda mais o crédito para empreendimentos imobiliários. Com o início da estabilização econômica promovida pelo plano real, a queda da inflação e especulação financeira, em 1994, o mercado de construção conseguiu maior competitividade, produtividade, oportunidades, possibilidade de reinvestimento na produção e possibilidade de investimentos em longo prazo, representando um crescimento no setor em torno de 60%. Em 1995, os financiamentos particulares em longo prazo foram cancelados, tornando o sistema de crédito uma barreira para o investimento (MARTIGNAGO; CUNHA, 1998).

Houve continuidade de crescimento da economia do país no ano de 1996, provocada pela redução da

taxa de inflação e pelo reflexo do Plano Real, que permitiu um aumento no poder de consumo e possibilitou o número de exportações de aves e suínos. Também foi promovido o Programa Nacional de Desestatização (PND), com a finalidade de reestruturar o Estado, privatizando a Light Serviços Elétricos S.A., alienando cinco participações minoritárias da Petroquisa e a concessão de cinco das seis malhas da Rede Ferroviária Federal S.A.. Nesse mesmo âmbito do Programa, aprovou-se o projeto de venda da Companhia Vale do Rio Doce. Essas ações do governo contribuíram para a redução do déficit operacional. O PIB teve um crescimento de 2,9%, sendo inferior ao crescimento relativo aos anos anteriores – 6% em 1994 e 4,3% em 1995. A Indústria da Construção Civil estabilizou-se e foi um dos setores a apresentar maiores aumentos, 4,1% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1997).

O contexto econômico internacional, em 1997, estava em desequilíbrio ocasionado pela crise financeira nos países do sudeste asiático. Esse cenário teve grande influência na economia brasileira, mas não foi suficiente para reprimir o crescimento do PIB, atingindo 3%. Essa taxa só foi possível pela alta produção industrial (bens de capital e bens intermediários). O Programa Nacional de Desestatização (PND) conseguiu atingir a meta de redução da dívida pública, através da venda e concessões de empresas públicas nacionais e estatais. A Indústria da Construção Civil destacou-se dentre as demais indústrias, apresentando um resultado positivo de 8,5% de crescimento. Entretanto, mesmo com este alto crescimento no setor, observou-se que houve pouca geração de emprego, apenas 6,2 mil novas vagas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1998a).

Por causa da crise asiática, iniciada no ano anterior, os países

emergentes, inclusive o Brasil, teve sua economia afetada negativamente, pois os investimentos externos foram reduzidos e o país teve seu acesso a poupança externa limitado. Por causa desse cenário, o país adotou medidas fiscais bastante severas, elevou as taxas de juros internas e necessitou recorrer ao Fundo Monetário Internacional, porém, mesmo assim, observou-se um desaquecimento do ritmo da atividade econômica, cuja expansão foi de apenas 0,12% do PIB. Da mesma forma, a Indústria da Construção Civil obteve um pequeno crescimento, 1,9% e demitiu 64,2 mil trabalhadores, -4,2% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1998b).

Em 1999, a economia brasileira apresentou oscilações ainda como reflexo da crise financeira no exterior e também por causa das mudanças no regime cambial brasileiro. No entanto, apesar desse cenário incerto, o PIB brasileiro teve um pequeno crescimento de 1%. A Construção Civil teve recuo de 3,7%, o subsetor do setor industrial a obter maior redução e teve 113,1 mil empregos formais eliminados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1999).

Século XXI

Segundo o Banco Central do Brasil (2000), o início do século XXI foi marcado por uma expectativa positiva visto que o cenário internacional estava favorável e os indicadores de inflação estavam em um patamar reduzido. Políticas monetárias que visavam aumentar a oferta de crédito e reduzir os custos relacionados aos empréstimos tiveram importância significativa para que o cenário fosse positivo durante todo o ano de 2000. Este cenário favorável pode ser confirmado ao se analisar o PIB que, em preços de mercado, teve um crescimento de 4,3% em 2000, sendo muito mais expressivo que os dois últimos anos, que tiveram resultados pouco significativos – 0,2% em 1998 e 0,8% em 1999. A Indústria da Construção Civil teve uma expansão de 2,1% em 2000, enquanto que no ano anterior houve um declínio de 3,2%.

Expectativas favoráveis marcaram o início do ano 2001 por causa do crescimento apresentado no ano anterior. Contudo, após o fim do primeiro trimestre, observou-se que as condições econômicas externas apresentavam incertezas no cenário nacional, visto que a economia da Argentina passava por um momento de desequilíbrio impactando nas exportações e os mercados americanos e mundial apresentavam desaceleração intensificada pelos ataques terroristas nos Estados Unidos. Nesse contexto, o PIB apresentou um crescimento abaixo do esperado, de 1,3%. Houve uma contração de 2,6% na Indústria da Construção Civil, causada pela falta de condições de financiamentos mais favoráveis para construção e aquisição de habitações e pelos baixos investimentos do setor público. Apesar do aumento de 6,3% dos recursos disponibilizados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), os financiamentos habitacionais caíram 34,2%. Nesse mesmo ano, de acordo com o Ministério do Trabalho, o emprego formal registrou 591,1 mil novos empregos, porém a construção civil foi a única a apresentar declínio, demitindo cerca de 33,4 mil ocupações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001).

Informações contidas no Banco Central do Brasil (2002) mostram que o ano de 2002 obteve um crescimento de 2,7%. A redução do financiamento externo no país e as repercussões do processo eleitoral trouxeram impactos negativos aos setores da Indústria de Bens de Capital, da construção civil e automobilística. Os recursos liberados do FGTS, mais de R\$ 7 bilhões, sustentaram o crescimento da produção industrial, inclusive os produtos duráveis de menor valor. A exceção do segmento industrial foi a construção civil, que registrou queda, 2,5%, pelo segundo ano consecutivo e retração de 29,4 mil

postos de trabalho, apesar do investimento em imóveis, motivado pelas incertezas do processo eleitoral e pelas mudanças nas regras de investimento em renda fixa.

A economia brasileira durante o ano de 2003 apresentou duas situações distintas, a primeira marcada tentativa de preservação da estabilidade dos preços por causa da instabilidade devido as incertezas da nova política e a segunda, a partir do segundo semestre, com início do processo de recuperação do nível de atividade, através do recuo da inflação, da melhora das expectativas e da nova política monetária, que proporcionaram novo dinamismo a produção industrial e elevando a demanda por bens de consumo duráveis. Essa conjuntura econômica refletiu no PIB, um crescimento de apenas 1,1%, e na Indústria da Construção Civil, que possuiu a maior queda, 8,6%, dos últimos dois anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003).

A recuperação da economia, ocorrida em 2004, obteve o maior PIB, com crescimento de 5,7%, desde 1994, o mais alto volume de contratação de mão de obra formal registrado historicamente, elevação de investimentos e o superávit recorde da balança comercial. Esses bons resultados são reflexo do crescimento da economia iniciado no final do ano de 2003, do cumprimento das metas fiscais, o bom desempenho do comércio exterior e a condução da política monetária visando ganhos relacionados à estabilidade dos preços. A Indústria da Construção Civil apresentou crescimento de 5,7%, após três anos consecutivos de declínio, decorrente principalmente pelos investimentos gastos no setor, e obteve 51 mil novos postos de trabalho, sendo este o primeiro resultado positivo desde 1997 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004).

Em 2005, segundo o Banco Central do Brasil (2005), o PIB registrou

crescimento de 3,2%, porém de forma menos acelerada se comparado ao ano anterior. O resultado foi devido à continuação das medidas tomadas no ano anterior pelo governo e também pelo bom desempenho do comércio exterior. A partir de decisões tomadas pelos países participantes do MERCOSUL, cujo o Brasil pertence, iniciou-se o estudo para a construção de um gasoduto que ligasse a Venezuela aos países do Cone Sul, passando pelo Brasil. Outra decisão está relacionada com as questões energéticas, que resultou na iniciativa de construir uma refinaria de petróleo em Pernambuco.

A economia brasileira continuou em crescimento, refletindo a condução da política que procurou manter a estabilidade dos preços e estimulou gastos necessários para a obtenção do crescimento econômico sustentável. Nesse ano, a taxa de importação cresceu além da taxa de exportação após oito anos. Apesar disso, o PIB apresentou aumento real de 4,0%. A Indústria da Construção Civil apresentou crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, de 4,6%, compatível com a melhora do ambiente macroeconômico e influenciado pela política governamental, que reduziu as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados na Construção Civil através de decreto. Foi observado no ano de 2006, que a maior taxa de expansão de emprego foi no setor da construção civil, chegando a 7,3% correspondendo a 86 mil novas vagas. No cenário econômico externo, é importante ressaltar, que ao longo do ano, o mercado imobiliário esfriou nos Estados Unidos da América. Ocorreram fortes retrações nas vendas, esgotamento do ciclo de valorização dos preços dos imóveis, inibição da construção de novas habitações, resultando em um recuo de 4,2% na parcela do PIB relativo ao investimento em residências (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

O contínuo aumento do consumo interno e investimento permitiram à economia brasileira a intensificação do seu crescimento, chegando ao terceiro melhor resultado dos últimos vinte anos e com taxa de desemprego nos menores patamares em comparação aos dados históricos. O PIB, em 2007, cresceu 6,1%, a maior taxa desde 2004. A Indústria da Construção Civil obteve o quarto resultado positivo em anos consecutivos, chegando a 5% de aumento e também elevou suas contratações em 8,3%, crescimento iniciado em 2005. Esses números refletem o aumento da renda da população e os incentivos dirigidos ao setor (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007).

O Banco Central do Brasil (2008) apresenta crescimento de 5,2% do PIB, décimo sexto crescimento anual consecutivo, refletindo o dinamismo da economia interna e a aceleração dos investimentos externos antes da crise nos mercados financeiros internacionais. Com a continuação das mesmas políticas adotadas no ano anterior, a Indústria da Construção Civil conseguiu manter o crescimento, atingindo a taxa de 8%, e com bom desempenho também em relação às expansões contratuais de novos empregos, crescimento de 17,4%.

O crescimento do crédito imobiliário no país tem elevada importância para o crescimento da economia no país. O crédito direcionado para aquisição e financiamento imobiliário cresceu 5,7 vezes entre 2008 e 2013. O aumento da renda das famílias, a estabilidade econômica, o incentivo do governo através de programas facilitadores de aquisição da casa própria, foram alguns dos fatores responsáveis pela ampliação do crédito habitacional. Observa-se que esse aumento de crédito foi um direcionamento dado pelo governo para minimizar os efeitos da crise internacional iniciada em 2008 (DIEESE, 2014).

Em 2009, a economia brasileira passou por um breve período de recessão causado pelo agravamento da crise mundial, iniciado no fim de 2008, contudo os investimentos e o consumo privado, a melhora nas condições de crédito e a evolução do consumo das famílias, sustentada pelos programas de assistência do governo federal e pela estabilidade do mercado de trabalho, permitiram que a economia não chegasse a uma crise, apresentando uma pequena retração de 0,3% no PIB. Observou-se uma retração também em alguns setores, inclusive na Construção Civil, que recuou 6,3%, porém, em contraste, o número de trabalhadores com carteira assinada teve um aumento de 6,2%. A escolha do Brasil como país sede da Copa 2014, permitiu que o Conselho Monetário Nacional, a partir da Resolução 3.801, autorizasse o financiamento, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a construção e reforma de estádios da Copa 2014 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

Algumas medidas, de acordo com o Banco Central do Brasil (2010), como a ampliação do crédito e a recuperação do emprego e da renda, foram tomadas pelo governo a fim de mudar o cenário de queda na economia brasileira. Dessa forma, foi possível atingir 7,5% de crescimento no PIB em 2010, crescimento mais acentuado desde 1986. A Indústria da Construção Civil atingiu 11,6% de crescimento, proporcionado pelo aumento dos financiamentos imobiliários e com a intensificação das obras de infraestrutura relacionadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e obteve expansão no seu mercado de trabalho de 13,6%. A economia internacional deu continuidade à trajetória de recuperação, iniciada na metade do ano anterior pelos bancos centrais e governos dos EUA e de países europeus, com a finalidade de estabilizar

os sistemas financeiros. Alguns países desenvolvidos voltaram a apresentar crescimento do PIB e importantes economias emergentes, na qual se inclui o Brasil, iniciaram a normalização da economia monetária.

O crescimento observado em 2011 foi moderado, 2,7%, ao se comparar com o ano anterior. A taxa positiva foi alcançada, principalmente, pelo consumo doméstico, pelas boas condições de trabalho e pela continuidade dos programas governamentais de distribuição de renda, já que houve retração na demanda externa devido à crise fiscal na Europa e nos EUA e ao terremoto no Japão que afetou a produção e desestabilizou a economia local. A adoção de política macroeconômica baseada em três pilares – metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante – iniciada em 2010, foi essencial para a estabilidade financeira do país. Os investimentos também foram mantidos na construção civil, sendo possível atingir um crescimento de 3,6% e 149 mil novas contratações de emprego formal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Refletindo o impacto causado pelas incertezas do mercado externo, a economia brasileira apresentou um aumento de 0,9% no PIB no ano de 2012.

Dessa forma, a demanda interna foi o grande suporte para a manutenção do crescimento no país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

A Tabela 1 apresenta os dados do PIB Nacional e do PIB da Construção Civil como também a participação (em porcentagem) do PIB da Construção Civil no PIB Nacional, coletados no site do IBGE. Em seguida, é apresentado o gráfico 1 com a demonstração dos valores para ser realizada uma melhor análise. A Tabela 2 apresenta a relação, com preços de 2012, do PIB Nacional e do PIB da Construção Civil, sendo esses dados baseados em relatórios do Banco Central do Brasil do Brasil.

Tabela 1 - PIB Nacional e PIB da Indústria da Construção (a preços correntes).

Período	PIB Nacional	PIB da Construção	Participação da Construção no PIB	Crescimento do PIB em relação a 1996 (%)	Crescimento da Construção em relação a 1996 (%)
1996	843.965,63	42.253,48	5,01%	0,00	0,00
1997	939.146,62	49.720,52	5,29%	11,28	17,67
1998	979.275,75	53.328,61	5,45%	16,03	26,21
1999	1.064.999,71	52.228,06	4,90%	26,19	23,61
2000	1.179.482,00	56.364,00	4,78%	39,75	33,39
2001	1.302.136,00	59.486,00	4,57%	54,29	40,78
2002	1.477.822,00	67.219,00	4,55%	75,10	59,09
2003	1.699.948,00	68.935,00	4,06%	101,42	63,15
2004	1.941.498,00	84.868,00	4,37%	130,04	100,85
2005	2.147.239,00	90.228,00	4,20%	154,42	113,54
2006	2.369.484,00	96.287,00	4,06%	180,76	127,88
2007	2.661.344,00	111.201,00	4,18%	215,34	163,18
2008	3.032.203,00	126.551,00	4,17%	259,28	199,50
2009	3.239.404,00	146.783,00	4,53%	283,83	247,39
2010	3.770.084,87	182.477,41	4,84%	346,71	331,86
2011	4.143.013,34	204.066,99	4,93%	390,90	382,96
2012	4.392.094,00	213.100,30	4,85%	420,41	404,34
2013	4.844.815,08	221.761,81	4,58%	474,05	424,84

Fonte: IBGE (2014).

Ao analisar a Figura 1 observa-se que os desempenhos do PIB Na-

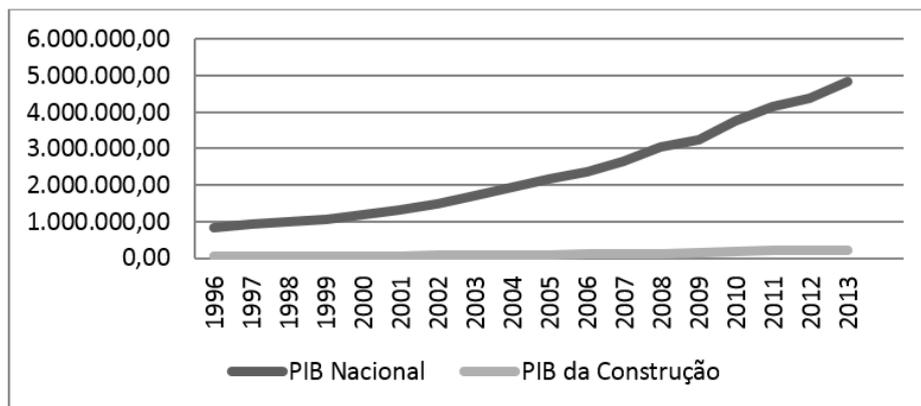
cional e da Construção em termos de volume, a Construção parece não

acompanhar o crescimento do PIB na mesma proporção. Dessa forma,

resolveu-se adotar o ano de 1996 como referência para gerar a Figura 2, o qual faz uma comparação entre o PIB de cada ano em relação a 1996, de modo a averiguar se a construção acompanhou proporcionalmente o crescimento do PIB Nacional. O que se pode constatar é que ambos seguiram em um compasso bem próximo um do outro, sendo que a curva que representa o cres-

cimento proporcional da construção está quase sempre abaixo da curva do PIB Nacional, o que faz acreditar que a primeira está sujeita ao crescimento da segunda e não o contrário.

Figura 1 - PIB Nacional e PIB da Indústria da Construção (a preços correntes).



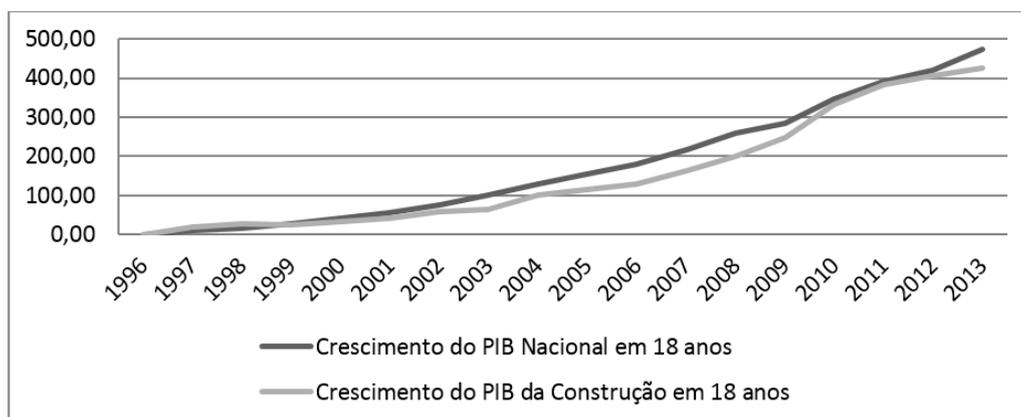
Fonte: Os autores (2014).

A Tabela 2 mostra a taxa de variação do PIB Nacional em relação ao ano anterior, comparando o desempenho do PIB da Construção no mesmo período. Na mesma tabela foram confrontadas as taxas de variação dos índices, fatos que possivelmente provocaram mudanças em um contexto socioeconômico e

político nacional e/ ou mundial, gerando inversão ou potencialização de uma tendência de crescimento econômico do país e do Setor da Construção.

A Figura 3, desenhado a partir dos dados extraídos da Tabela 2, revela a volatilidade dos dois índices e tem como objetivo desvendar a existência de uma relação entre os mesmos. Pelo gráfico pode-se observar que a Construção Civil apresenta um desempenho mais volátil que o PIB Nacional, contudo, geralmente acompanha a tendência de crescimento do mesmo. Mesmo quando a Construção em alguns anos exibiu movimentos contrários ao PIB, nos anos seguintes retomou o mesmo sentido deste último.

Figura 2 - Crescimento do PIB anual em relação ao ano de 1996.



Fonte: Os autores (2014).

Outro dado interessante extraído da Tabela 1 e inserido na Figura 3 é a representação da Construção na composição do PIB Nacional, que se apresenta quase como uma cons-

tante nesse intervalo de tempo estudado. Mesmo existindo uma volatilidade maior da construção em relação ao PIB, essa representação não se altera de forma relevante e parece não sofrer tanto com as flutuações do mercado. É possível interpretar esse dado extraíndo a mesma conclusão obtida pela análise da Figura 2.

Tabela 2 – Relação entre o PIB Nacional e do PIB da Indústria da Construção (a preços de 2012)

Ano	Contexto socioeconômico	PIB Nacional	PIB da Construção
1994	Plano Real. Ano de eleição para presidente.	5,9	6,1
1995		4,2	-0,4
1996		2,2	5,2
1997	Crise financeira nos países do sudeste asiático	3,4	8,5
1998	Ano de eleição para presidente	0,0	1,4
1999		0,3	-3,2
2000		4,3	2,1
2001	Crise Argentina e ataques terroristas aos EUA	1,3	-2,7
2002	Redução do financiamento externo. Ano de eleição para presidente	2,7	-1,8
2003		1,1	-8,6
2004	O mais alto volume de contratação de mão de obra formal registrado e superávit recorde.	5,7	6,6
2005		3,2	1,2
2006	O mercado imobiliário esfriou nos Estados Unidos da América. Ano de eleição para presidente	4,0	4,6
2007		6,1	4,9
2008	Início da crise internacional. Ampliação do crédito habitacional no Brasil.	5,2	8,2
2009	Agravamento da crise mundial	-0,3	-6,3
2010	Economia internacional em recuperação, PAC, aumento dos financiamentos imobiliários, eleição.	7,5	11,6
2011	Retração na demanda externa devido à crise fiscal na Europa e nos EUA.	2,7	3,6
2012	Diante das incertezas do mercado externo a demanda interna foi o suporte ao crescimento	0,9	1,4

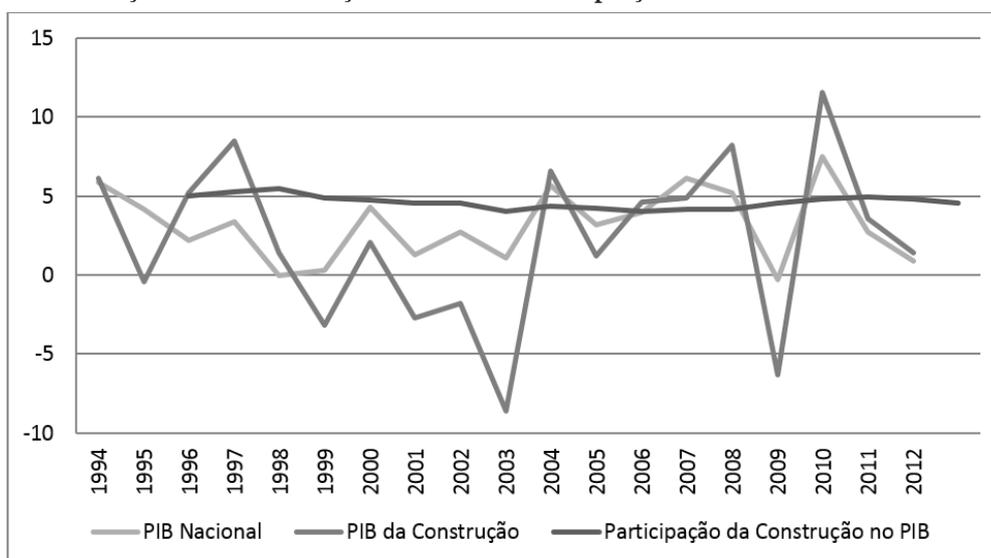
Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

Sendo assim, pode-se interpretar da Figura 3 e das Tabelas 1 e 2 que o desempenho da Indústria da Construção Civil brasileira mostra-

-se graficamente mais volátil pela provável suscetibilidade às mudanças na política pública e à economia brasileira e mundial, apesar do cená-

rio econômico do período estudado ser reconhecido como estável diante de cenários anteriores.

Figura 3 - Taxa de variação do PIB em relação ao ano anterior (a preços de 2012).



Fonte: Os autores (2014).

CONCLUSÃO

Acredita-se, portanto, diante das análises, que o setor da construção está muito atrelado às oscilações do PIB. As representações numéricas denunciam principalmente que os investimentos em infraestrutura proporcionam e alavancam o crescimento dos outros setores e consequentemente do PIB Nacional. Se existem investimentos em infraestrutura é porque há demanda do mercado para ser atendida, e assim cresce também a Indústria da Construção Civil.

Sendo assim, pode-se concluir que o fato de o desempenho da Indústria da Construção Civil brasileira se mostrar mais volátil, pela provável suscetibilidade às mudanças na política pública e à economia brasileira e mundial, apesar do cenário econômico do período estudado ser reconhecido como estável diante de cenários anteriores, acredita-se que a ICC contribui de forma ativa para o crescimento do PIB, o qual mede o crescimento do país.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 33, p. 243, ago. 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 34, p. 216, 1998a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 34, p. 230, 1998b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 35, p. 250, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 36, p. 285, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 37, p. 284, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 38, p. 298, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 39, p. 247, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil

– Relatório de 1996, Brasília, DF: Banco Central Do Brasil, v. 40, p. 229, 2004.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 41, p.
225, 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 42, p.
251, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 43, p.
248, 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 44, p.
253, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 45, p.
237, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 46, p.
239, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 47, p.
223, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL.
Boletim do Banco Central do Brasil
– Relatório de 1996, Brasília, DF:
Banco Central Do Brasil, v. 48, p.
225, 2012.
- DIEESE - Departamento
Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos. **A evolução do
crédito na economia brasileira
2008-2013**. São Paulo, SP, 2014.
- FARAH, M. F. S. **Diagnóstico
tecnológico da indústria da
construção civil**: caracterização
geral do setor. Tecnologia de
Edificações. Editora PINI LTDA.
1988.
- GONDIM, I. A.; MARCHON,
P. H. A.; BARROS NETO, J. P.;
JORGE NETO, P. M. Análise da
economia nacional e a participação
da indústria da construção civil.
In: ENCONTRO NACIONAL DE
TECNOLOGIA DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO, 10., São Paulo, SP,
2004. **Anais...** São Paulo, 2004. ISBN
85-89478-08-4.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
**Contas Nacionais, número
41**. Produto interno bruto dos
municípios. Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
**Tabela completa contas nacionais
Trimestrais**. Rio de Janeiro, RJ,
2014. Disponível em: < http://
- [www.ibge.gov.br/home/estatistica/
indicadores/pib/defaultcnt.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm)>.
- KURESKI, R.; RODRIGUES, R. L.;
MORETTO, A. C.; SESSO FILHO, U.
A.; HARDT, L. P. A. O macrossetor
da indústria da construção civil
na economia brasileira em 2004.
Ambiente Construído, Porto
Alegre, v. 8, n. 1, p. 7-19, jan./mar,
2008.
- MARTIGNAGO, G.; CUNHA, C.
J. C. A. Indústria da Construção
Civil: uma perspectiva histórica.
In: ENCONTRO NACIONAL
DE TECNOLOGIA DO
AMBIENTE CONSTRUÍDO, 7.,
1998, Florianópolis, SC. **Anais...**
Florianópolis, 1998.
- PASSOS, A. G.; MACIEL, M. A.
C.; DORIA, M. R.; OLIVEIRA, R.
B.; RUSSO, S. L. Análise estatística
da evolução do produto interno
bruto da indústria da construção
civil brasileira utilizando regressão
linear simples. **Revista GEINTEC**.
São Cristóvão/SE, v. 2, n. 5, p. 505-
514, 2012.
- TEIXEIRA, L. P.; CARVALHO,
F. M. A. A construção civil como
instrumento do desenvolvimento
da economia brasileira. **Revista
Paranaense de Desenvolvimento**,
Curitiba, n. 109, p. 9-26, jul./dez.
2005.